

Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 8.902 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022.

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO  
A OUTORGAR PERMISSÃO  
ADMINISTRATIVA, MEDIANTE A  
REVITALIZAÇÃO E  
RESTAURAÇÃO DOS IMÓVEIS  
PÚBLICOS OU DE DOMÍNIO DO  
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE,  
INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E CULTURAL DO  
MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu artigo 51, III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** O Poder Executivo fica autorizado a conceder permissão administrativa para pessoas jurídicas de direito público ou privado mediante a revitalização e restauração dos imóveis públicos ou de domínio do Município do Rio Grande, integrantes do Patrimônio Histórico e Cultural do Município, através de processo licitatório, conforme regramento a ser estabelecido em termo de referência e edital de abertura de licitação, compreendendo as especificidades do bem cultural concedido.

**Art. 2º** A identificação dos imóveis, bem como as intervenções e os usos permitidos em cada imóvel, será atribuição conjunta da Secretaria de Município da Cultura e do Esporte e Lazer e da Secretaria de Município de Coordenação, Planejamento, Habitação e Regularização Fundiária, responsáveis pela elaboração dos termos de referência de cada certame.

**Art. 3º** A permissão Administrativa para uso mediante revitalização e restauro dos imóveis públicos ou de domínio do Município do Rio Grande, integrantes do patrimônio histórico e cultural do Município, tem por finalidade precípua a proteção e a revitalização dos imóveis caracterizados pela sua relevância histórica, patrimonial e cultural, mediante o seu restauro e a sua readequação de uso, garantindo-se ao público o acesso aos imóveis cujo uso tiver sido permitido pelo Poder Público Municipal.

**Art. 4º** A permissão administrativa de que trata o presente instrumento terá seu prazo estabelecido em função do grau de intervenção necessário à revitalização e restauração de cada imóvel conforme suas especificidades, sendo estipulado ao termo de referência correspondente, podendo ser prorrogável mediante interesse público manifestado e devidamente justificado pelo poder público municipal, desde que observadas as normas legais que regulam a matéria, bem como cumpridos os termos estabelecidos no edital de abertura do certame e no termo de permissão de uso outorgado pelo Poder Público Municipal.



Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 5º** Fica a permissão administrativa submetida ao processo fiscalizatório referente ao cumprimento das metas de revitalização e restauração estabelecidas no termo de referência e edital de abertura do certame, bem como da manutenção e conservação do bem durante a vigência da permissão.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Rio Grande, 22 de novembro de 2022.

FABIO DE  
OLIVEIRA  
BRANCO:  
49844210020

Assinado digitalmente por FABIO DE OLIVEIRA  
BRANCO:49844210020  
DN: C=BR, O=(CP-Brasil, OU=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF  
A3), OU=(EM BRANCO), OU=20085105000108,  
OU=presencial, CN=FABIO DE OLIVEIRA  
BRANCO:49844210020  
Razão: Eu estou aprovando este documento com  
minha assinatura de vinculação legal  
Localização:  
Data: 2022.11.22 13:49:34  
Foxit Reader Versão: 9.4.1

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO  
Prefeito Municipal

cc.:/Todas as Secretarias/CSCI/PJ/CMRG/Publicação